

26ª REUNIÃO DA SECÇÃO PERMANENTE DE ESTATÍSTICAS DE BASE TERRITORIAL

Ana Seixas

Pontos a apresentar

1. PNPOT e a Agenda para o Território
2. Modelo de Governação do PNPOT
3. O Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo
4. 1º Relatório de Estado do Ordenamento do Território

Pontos a apresentar

1.

PNPOT e a Agenda para o Território

2.

3.

4.



**TERRITÓRIO
PORTUGAL.**

Onde o país encontra o futuro

PNPOT

Primeira revisão

Lei n.º 99/2019
de 5 de setembro

5 Domínios de Intervenção

Medidas de Política

Agenda para o Território (Programa de Ação)
(50 Medidas)



Operacionalizar o Programa de Ação por 5 Domínios de Intervenção



**Efeitos esperados;
Indicadores;
Entidades responsáveis**



- 1.1 Gerir o recurso água num clima em mudança
- 1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício
- 1.3 Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial
- 1.4 Valorizar o território através da paisagem
- 1.5 Planejar e gerir de forma integrada os recursos geológicos e mineiros
- 1.6 Ordenar e revitalizar os territórios da floresta
- 1.7 Prevenir riscos e adaptar o território às alterações climáticas
- 1.8 Valorizar o litoral e aumentar a sua resiliência
- 1.9 Qualificar o ambiente urbano e o espaço público



- 2.1 Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica
- 2.2 Promover uma política de habitação integrada
- 2.3 Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso
- 2.4 Qualificar e capacitar os recursos humanos e ajustar às transformações socioeconómicas
- 2.5 Melhorar a qualidade de vida da população idosa e reforçar o relacionamento intergeracional
- 2.6 Promover o acesso à justiça e a proximidade aos respetivos serviços
- 2.7 Promover a inclusão social, estimular a igualdade e reforçar as redes de apoio de proximidade
- 2.8 Valorizar o património e as práticas culturais, criativas e artísticas
- 2.9 Potenciar a inovação social e fortalecer a coesão sociocultural
- 2.10 Promover a digitalização, a interoperabilidade e a acessibilidade aos serviços públicos e de interesse geral



- 3.1 Reforçar a competitividade da agricultura
- 3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural
- 3.3 Afirmar os ativos estratégicos turísticos nacionais
- 3.4 Valorizar os ativos territoriais patrimoniais
- 3.5 Dinamizar e revitalizar o comércio e os serviços
- 3.6 Promover a economia do mar
- 3.7 Qualificar o emprego e contrariar a precariedade no mercado de trabalho
- 3.8 Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial
- 3.9 Reindustrializar com base na Revolução 4.0
- 3.10 Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo
- 3.11 Organizar o território para a economia circular
- 3.12 Promover a competitividade da silvicultura



- 4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e de energia
- 4.2 Otimizar a conectividade ecológica nacional
- 4.3 Suprir carências de acessibilidade tendo em vista a equidade aos serviços e às infraestruturas empresariais
- 4.4 Renovar, requalificar e adaptar as infraestruturas e os sistemas de transporte
- 4.5 Promover a mobilidade metropolitana e interurbana
- 4.6 Digitalizar a gestão e a operação dos sistemas de transporte
- 4.7 Alargar as infraestruturas físicas de conexão internacional
- 4.8 Ampliar a conectividade digital internacional através de cabos submarinos
- 4.9 Reforço dos serviços de banda larga e implementação de redes da nova geração 5G



- 5.1 Promover a informação geográfica
- 5.2 Ativar uma nova cultura territorial
- 5.3 Potenciar e qualificar a cooperação territorial
- 5.4 Aprofundar a descentralização e a desconcentração e promover a cooperação e a governança multinível
- 5.5 Experimentar e prototipar soluções inovadoras
- 5.6 Reforçar as abordagens integradas de base territorial
- 5.7 Fomentar a cooperação intraurbana para uma cidade sustentável e inteligente
- 5.8 Fortalecer as articulações rurais-urbanas
- 5.9 Dinamizar as articulações interurbanas e os subsistemas territoriais
- 5.10 Aprofundar a cooperação transfronteiriça

Pontos a apresentar

1.

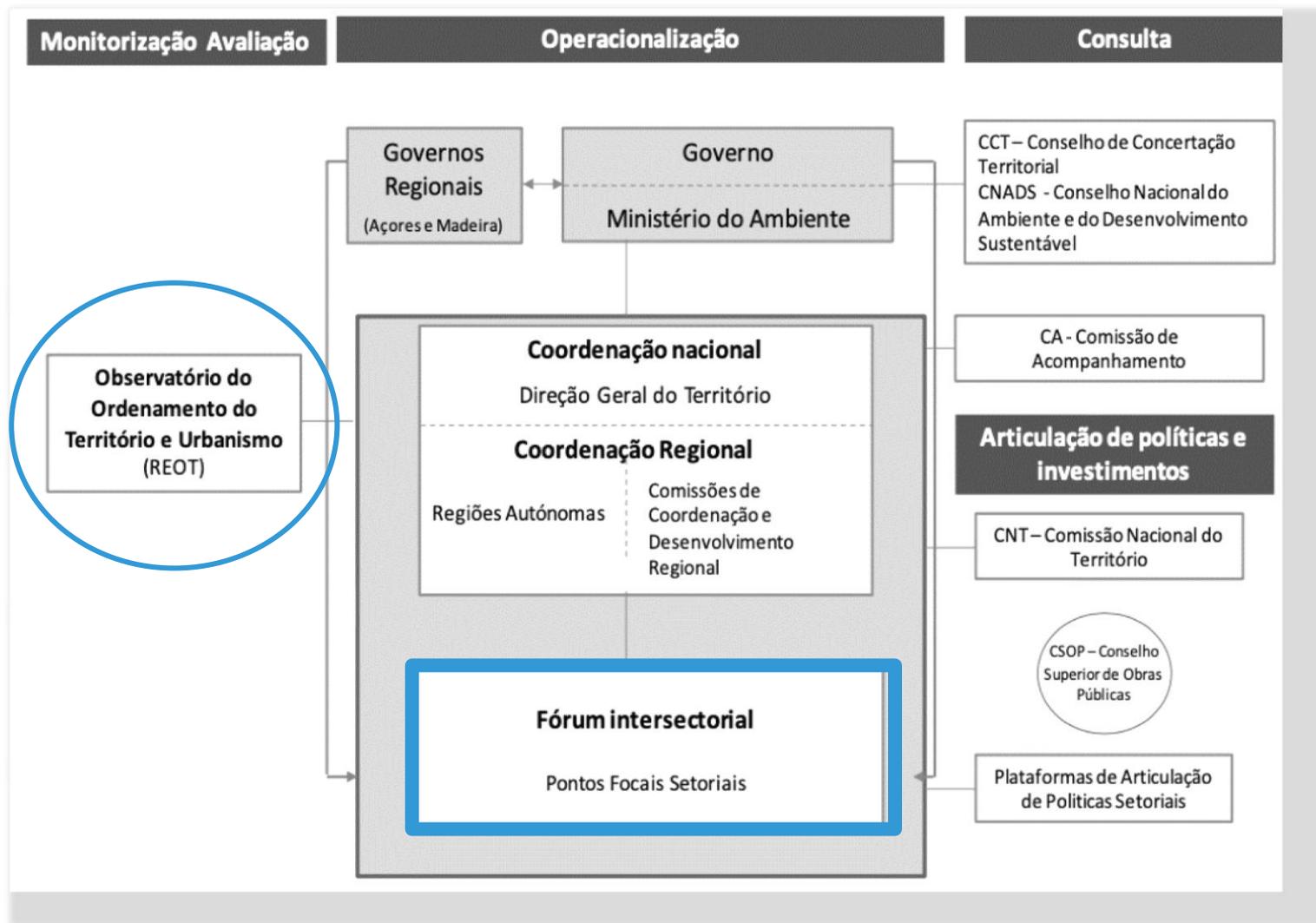
2.

Modelo de Governação do PNPOT

3.

4.

Modelo de Governação do PNPOT



Resolução do Conselho de Ministros nº 48/2020, de 24 de junho

Missão

Acompanhar, monitorizar e avaliar a execução do PNPOT e a elaboração do REOT;

Contribuir para a **produção de informação e de conhecimento sobre o território**, disponibilizando toda a informação necessária para a **produção de indicadores nacionais**;

Dinamizar a execução das medidas de política constantes da Agenda para o Território.

Plataforma de **diálogo e de cooperação estratégica** entre entidades para a execução coordenada de políticas territoriais nacionais e setoriais com relevância territorial

Modelo de organização e funcionamento do Fórum Intersectorial



Composição		Competências			Funcionamento	
Plenário	Núcleo Permanente	DGT	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação Nacional Articulação com CNT, CNADS, CSOP e CSE Reporte CCT 	<ul style="list-style-type: none"> Constituir as comissões flexíveis Promover a cooperação estratégica entre as entidades Assegurar a disponibilização de informação relevante de monitorização das dinâmicas regionais e aplicação dos fundos nacionais e comunitários 	<ul style="list-style-type: none"> Constituir-se como uma plataforma de diálogo e de cooperação estratégica entre as entidades Fomentar a produção de informação sectorial relevante, a troca de informação e conhecimento entre as entidades e criar redes de parcerias e sinergias de ação em áreas estratégicas Acompanhar a atividade e os reportes de informação do Fórum, designadamente quanto à concretização das medidas de política e emitir recomendações Dinamizar a execução das medidas de política da Agenda para o Território Monitorizar e avaliar o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) 	Plenário Núcleo Permanente Comissões Flexíveis
		Regiões Autónomas	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação Regional 			
		CCDR				
	Entidades designadas RCM, alínea b)	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar informação dinâmica relevante para o sistema de indicadores territoriais e para a produção de conhecimento baseado em evidências territoriais 				
	Comissão de Acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir com informação e conhecimento das suas áreas de atuação ou em assuntos específicos a pedido da DGT 				

Pontos a apresentar

1.

2.

3.

O Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo

4.

OBSERVATÓRIO

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

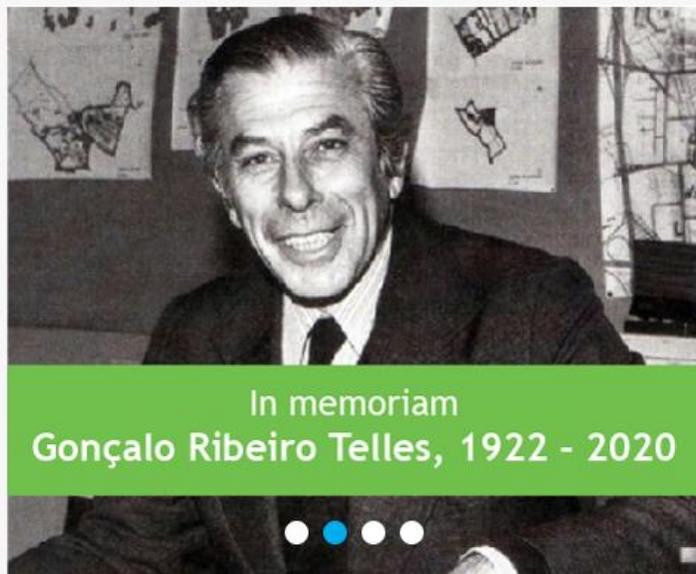


Disponibilizar informação para tomar decisões estratégicas sobre o território

- ✓ Disponibilizar informação de apoio à decisão sobre o território - **Sistema de indicadores territoriais**
- ✓ Monitorizar as **dinâmicas** do território, do Sistema de Gestão Territorial e da organização e governança territorial
- ✓ Monitorizar e avaliar a **implementação do PNPOT** para reporte no **REOT**
- ✓ Promover a **investigação e a produção de conhecimento** especializado sobre o território
- ✓ Criar **parcerias e redes de conhecimento**



Bem-vindo à página da Direção-Geral do Território



Reconhecidamente gratos pelas realizações e ensinamentos que nos ofereceu

In memoriam - Gonçalo Ribeiro Telles, 1922 - 2020

[Ler mais](#)

ADAPTES - Conferência Ibérica para a Adaptação às Alterações Climáticas

A conferência decorrerá por teleconferência de 18 a 20 de novembro

[Ler mais](#)

Iniciativa Nacional Cidades Circulares

O concurso para a constituição de redes de cidades circulares será lançado até ao final de 2020, mas é já possível aos municípios manifestarem o seu interesse em participar, através da plataforma Praça das Cidades

[Ler mais](#)

Prémio Nacional da Paisagem 2020

Encontra-se a decorrer, até ao final de dezembro de 2020, o processo que visa selecionar a candidatura vencedora à terceira edição do Prémio Nacional da Paisagem.

[Ler mais](#)

Conferência do Comité Permanente de Cadastro

A 3 a 4 de novembro teve lugar a Conferência Plenária do Comité Permanente de Cadastro, realizada sob um modelo virtual a qual introduziu a presidência portuguesa.

[Ler mais](#)

[NOTÍCIAS +](#)



Sistema Nacional de Informação
Geográfica



Sistema Nacional de Informação
Territorial



Sistema Nacional de Informação
Cadastral

Restaurar páginas?

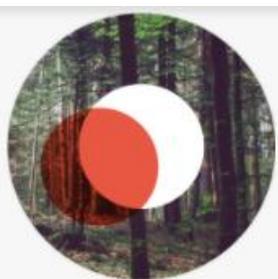
O Chrome não foi corretamente encerrado.

Ajudar a melhorar o Google Chrome ao enviar relatórios de falhas e [estatísticas de utilização](#) à Google

Restaurar



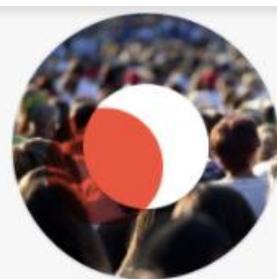
Sistema de gestão territorial



Dinâmicas territoriais



Monitorização do PNPOT



Organização e governança territorial



Pesquisa livre

O Observatório OTU em números

152

Indicadores

1

Publicações

1

Iniciativas

Conheça

O Observatório



Iniciativas



Publicações



Redes





DASHBOARD

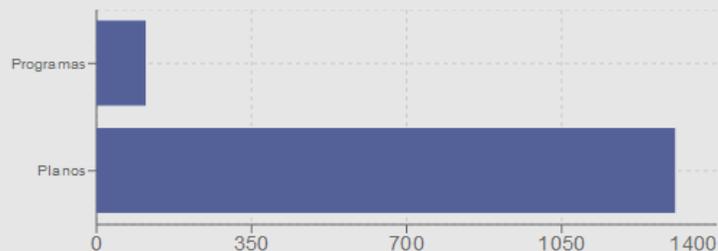
INDICADORES

MAPEAMENTO PROGRAMAS E PLANOS

Região **CONTINENTE** ▼

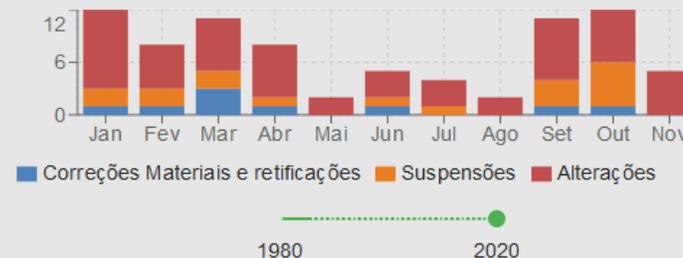
Tipologia dos IGT em vigor (Nº de IGT)

1417

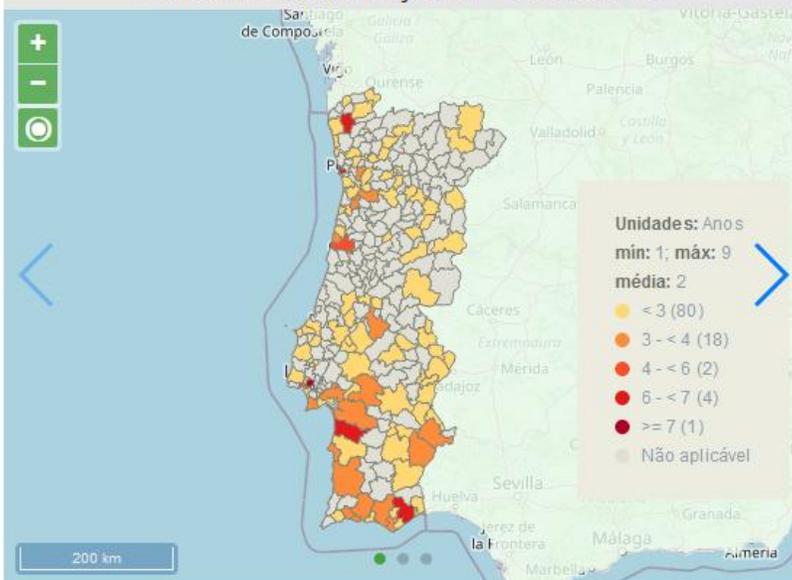


Nº de atos de dinâmica sobre os PDM em vigor (2020)

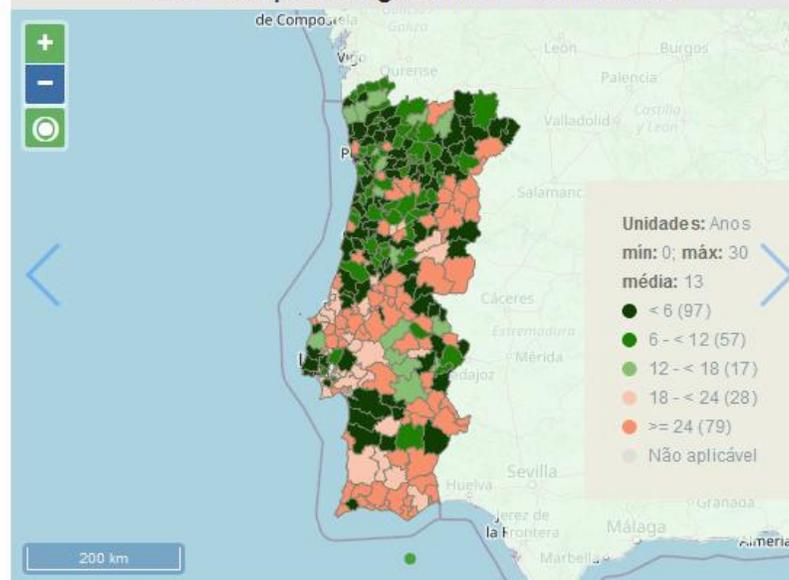
80



Planos de Urbanização em 13 Nov 2020



PDM - tempo de vigência em 13 Nov 2020





VISUALIZAR MAPAS ESTATÍSTICOS ⁰

Recursos Naturais e sustentabilidade ambiental ²⁴ ^

Id ↑	Designação	Unidade de medida	Fonte	Períodos disponíveis	Divisões territoriais disponíveis	Informação detalhada	Visualizar no mapa estatístico
16	Território com solo Artificializado	[%]	DGT	2015	Municípios	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	Alojamento Turístico nas Áreas Classificadas	[N.º]	TdP; (Limite Área)			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	Edifícios em Faixas de Salvaguarda Litoral	[N.º]	DGT			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

OBSERVATÓRIO Disponibilizar informação para tomar decisões estratégicas sobre o território.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL
DINÂMICAS TERRITORIAIS
MONITORIZAÇÃO DO PNPT
ORGANIZAÇÃO E GOVERNAÇÃO TERRITORIAL
PESQUISA LIVRE

Território com solo Artificializado

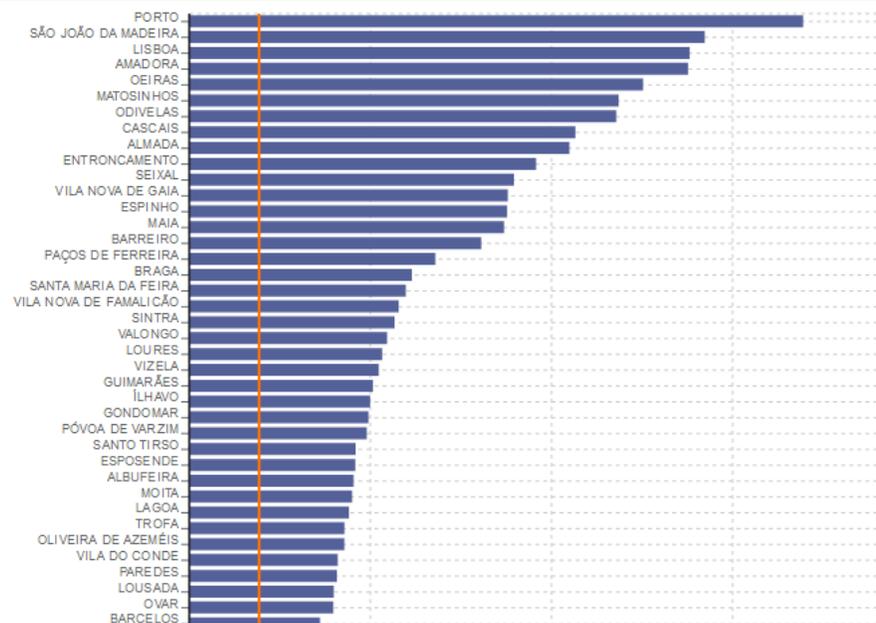
2015 ▾

Município ▾

Legenda

Predefinida ▾

Território com solo Artificializado em 2015 ▾ por Município ▾



O território em 2018



O mapeamento das classes de uso e ocupação do solo permite uma leitura geral do aproveitamento dos recursos territoriais e perceber macro paisagens que refletem a diversidade do território continental.

A extensão e continuidade das áreas ocupadas por agricultura, pastagens e agrofloresta marcam de forma imediata as paisagens do Alentejo e da Beira Baixa, tal como as ocupadas por floresta e matos marcam as paisagens da faixa central das regiões Centro e Norte, dos territórios da margem esquerda do Tejo e da Serra Algarvia e assim como os territórios artificializados marcam a presença das áreas metropolitanas, das cidades médias e das áreas de povoamento fragmentado e disperso. É também imediata a percepção das paisagens florestais da faixa atlântica do Centro e Alentejo, das paisagens agrícolas do Oeste, da Lezíria do Tejo e do Barrocal e Litoral algarvio das paisagens de matos, agricultura e pastagens da faixa raiana do Centro e Norte e das paisagens mescladas, resultantes de uma profusão de usos e ocupações, bem patentes no Minho e Douro Litoral e noutros territórios de transição urbano-rural.

No quadro desta leitura macro, a análise dos dados desagregados, relativos às sub-classes de uso e ocupação do solo permite inferir realidades específicas, influenciadas pelas condições biofísicas, pelos recursos naturais, humanos e materiais, pela estrutura da propriedade e pelo retomo económico do aproveitamento do solo.

Carta de Uso e Ocupação do solo - CDS 2018

Os grandes números do uso e ocupação do solo em Portugal continental, em 2018, evidenciam que:

Pontos a apresentar

1.

2.

3.

4.

1º Relatório de Estado do Ordenamento do Território

REOT.

Relatório do Estado do Território

Avaliação da execução do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

 [Download do Relatório](#)

Enquadramento

Monitorização

Em consonância com as diretrizes do PNPOT, o **REOT Nacional de base confirma, adapta e desenvolve a lista inicial de indicadores associados às medidas de política da Agenda para o Território** e constitui o suporte da avaliação a realizar e de articulação a estabelecer com os **sistemas de indicadores regionais e municipais do ordenamento do território** e com os **sistemas de indicadores de reporte das políticas setoriais** relevantes para o território.

Os indicadores selecionados monitorizam e avaliam as dinâmicas territoriais inerentes aos **cinco sistemas territoriais fundamentais do Modelo Territorial** – o **Sistema Natural**, o **Sistema Social**, o **Sistema Económico**, o **Sistema Urbano** e o **Sistema de Conectividades** – e **ainda as Vulnerabilidades Críticas**.

São ainda avaliados e monitorizados o **Sistema de Gestão Territorial**, refletindo-se sobre o sistema de planeamento e os desafios que se colocam à gestão territorial e, o **Sistema de Governação do PNPOT**.

De forma a permitir uma leitura dos efeitos das medidas de política e das respetivas condições de concretização, os indicadores de cada um dos sistemas foram agregados, de forma coerente e integrada, em grandes **áreas temáticas** ou **temas**, cuja evolução importa acompanhar ao longo do tempo. Esta matriz constitui o **sistema integrado de indicadores de monitorização e avaliação** a ser articulada com os REOT regionais e municipais e com os instrumentos de reporte setorial.

Sistemas / Temas / Indicadores

-  Sistema Natural
-  Sistema Social
-  Sistema Económico
-  Sistema de Conectividades
-  Sistema Urbano
-  Vulnerabilidades Críticas
-  Sistema de Gestão Territorial
-  Sistema de governação PNPOT

Sistema Natural

A valorização dos recursos naturais (nas suas diversas expressões territoriais e paisagens) é uma condição-chave para a promoção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, inclusivos e geradores de riqueza num quadro de equilíbrio e de coesão territorial. Neste contexto, assume-se o desafio de gerar os recursos naturais de forma sustentável, como um dos objetivos de ordenamento e desenvolvimento que o país deve prosseguir.

O Sistema Natural do PNPOT confere expressão territorial à macro-distribuição de recursos naturais no território, identificando as áreas onde a sua presença é mais expressiva ou potencial e onde existem maiores necessidades de gestão integrada e de compatibilização de usos. A **água**, o **solo**, a **biodiversidade** e a **floresta** são entendidos como o **capital natural** fundamental para a valorização do território, para o bom funcionamento dos ecossistemas, para a qualidade dos seus serviços e para a sustentabilidade e solidariedade intergeracional.

Monitorizar o Sistema Natural, passa por avaliar as dinâmicas do capital natural do país.



Ver Mapa de Sistema

Água

Solo

Biodiversidade

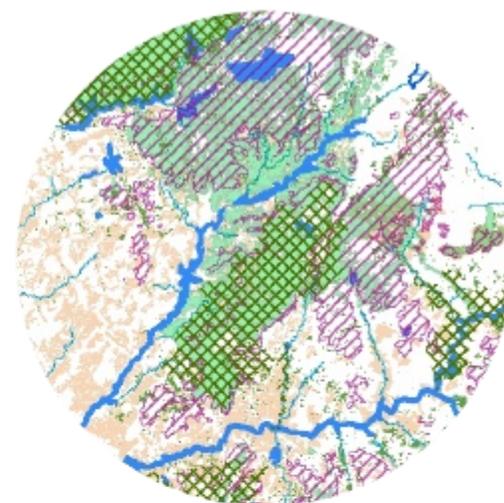
Floresta

Sistema Natural

A valorização dos recursos naturais (nas suas diversas expressões territoriais e paisagens) é uma condição-chave para a promoção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, inclusivos e geradores de riqueza num quadro de equilíbrio e de coesão territorial. Neste contexto, assume-se o desafio de gerir os recursos naturais de forma sustentável, como um dos objetivos de ordenamento e desenvolvimento que o país deve prosseguir.

O Sistema Natural do PNPOT confere expressão territorial à macro-distribuição de recursos naturais no território, identificando as áreas onde a sua presença é mais expressiva ou potencial e onde existem maiores necessidades de gestão integrada e de compatibilização de usos. A **água**, o **solo**, a **biodiversidade** e a **floresta** são entendidos como o **capital natural** fundamental para a valorização do território, para o bom funcionamento dos ecossistemas, para a qualidade dos seus serviços e para a sustentabilidade e solidariedade intergeracional.

Monitorizar o Sistema Natural, passa por avaliar as dinâmicas do capital natural do país.



[Ver Mapa de Sistema](#)

Água



Solo



Biodiversidade



Floresta



Floresta

Em 2019, os espaços florestais ocupam quase 70% da área terrestre de Portugal Continental e constituem um elemento vital da paisagem rural, de sustentação e conectividade dos ecossistemas, de sequestro de carbono e de regulação dos diferentes ciclos naturais (água, ar, solo e outros recursos naturais e genéticos essenciais).

Em partes significativas do território nacional, sobretudo onde predomina a muito pequena propriedade, o desaparecimento das atividades tradicionais deu origem a um progressivo alargamento do uso florestal, por vezes espontâneo, gerando extensos territórios contínuos de povoamentos florestais e, em muitos casos deficientemente geridos, sem rendimento evidente.

A aposta em mecanismos de incentivo e financiamento ajustados às exigências da renovação da floresta com espécie mais valorizadas do ponto de vista económico e ambiental e modelos de gestão mais resilientes ao fogo, num quadro das organizações de produtores florestais e de soluções de descontinuidade e enriquecimento da diversidade estrutural da paisagem, pode trazer mudanças no reforço do capital natural do país que importa acompanhar, através dos seguintes indicadores:

- **Território com ocupação florestal**, no acompanhamento da evolução da área ocupada por espaços florestais em Portugal;
- **Área de povoamentos monoespecíficos de eucalipto e pinheiro**, no acompanhamento da evolução das áreas florestais de monocultura, presentemente com uma extensão de XX ha, identificando a desejável renovação da floresta com espécie mais valorizadas do ponto de vista económico e ambiental;
- **Dimensão média da parcela florestada**, foram designados de políticas públicas para reforço quando adequadamente ordenadas e enquadradas para a capacidade florestal;
- **Áreas com gestão associativa** Estando previstas medidas para a gestão ativa, o ordenamento e a melhoria da produtividade florestal;
- **Densidade de orlas na paisagem ecológica**, tem diminuído os impactos ambientais e de sustentar as atividades económicas a valorizar identificam-se XX% X)

Indicadores:

Densidade de orlas na paisagem nos

Povoamentos monoespecíficos de e

Indicadores:

Densidade de orlas na paisagem nos territórios de floresta a valorizar

Povoamentos monoespecíficos de eucalipto e pinheiro em territórios de floresta a valorizar

Áreas com gestão associativa

Território com uso florestal

Dimensão média dos prédios em territórios com ocupação florestal superior a 60%



Sistema Natural



Sistema Social



Sistema Económico



Sistema de Conetividades



Sistema Urbano



Vulnerabilidades Críticas



Sistema de Gestão Territorial



Sistema de governação PNPOT



SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL

DINÂMICAS TERRITORIAIS

MONITORIZAÇÃO DO PNPOT

ORGANIZAÇÃO E GOVERNANÇA TERRITORIAL

PESQUISA LIVRE

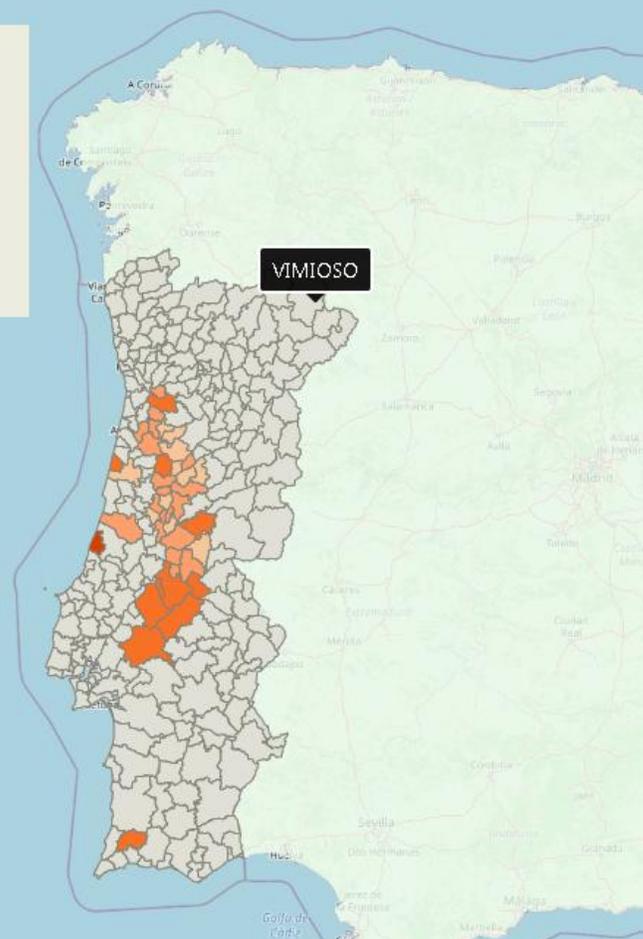
Densidade de orlas na paisagem nos territórios de floresta a valorizar em 2015 ▾

por Município ▾



Unidades: [Km/Km²]
mín: 9.574; **máx:** 23.38
média: 17

- < 10.000 (1)
- 10.000 - < 15.000 (11)
- 15.000 - < 20.000 (18)
- >= 20.000 (11)
- Não aplicável



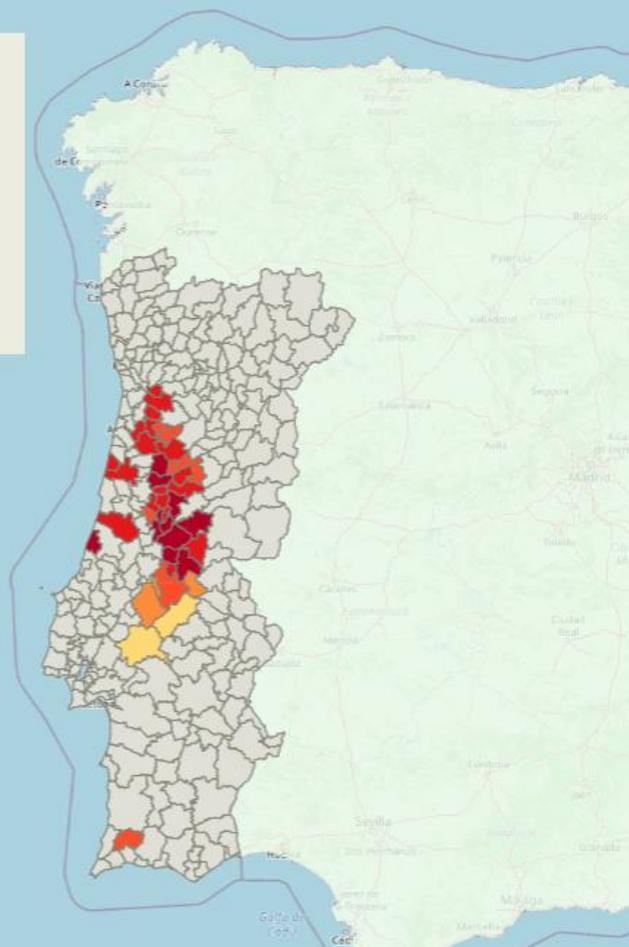
Povoamentos monoespecíficos de eucalipto e pinheiro em territórios de floresta a valorizar em 2015 ▾

por Município ▾



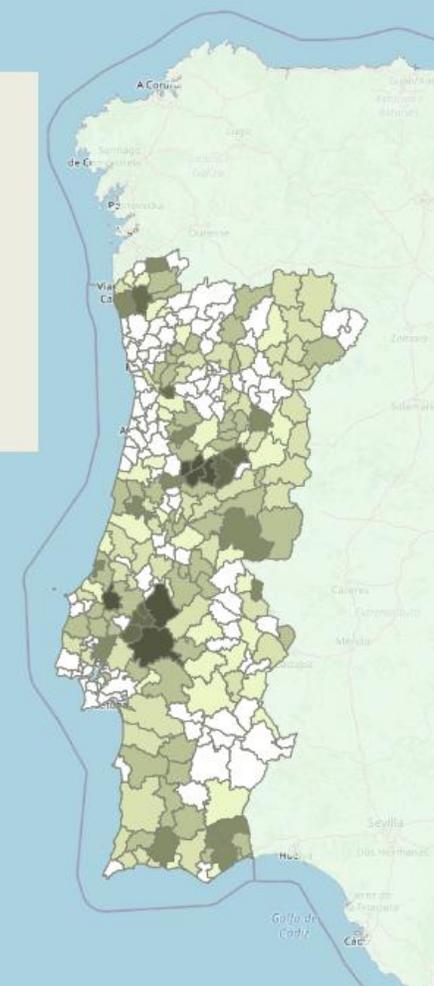
Unidades: [%]
mín: 13.9; **máx:** 81.6
média: 57

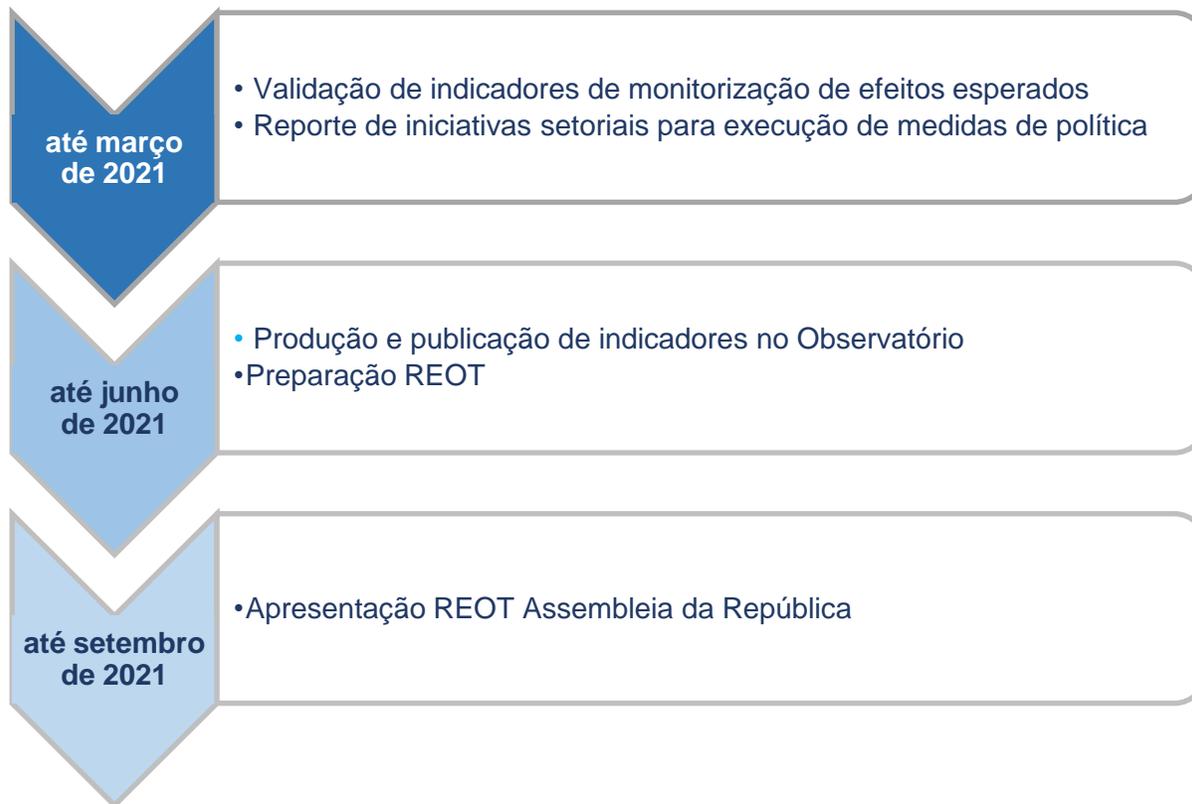
- < 27.4 (2)
- 27.4 - < 41.0 (3)
- 41.0 - < 54.5 (8)
- 54.5 - < 68.1 (18)
- >= 68.1 (10)
- Não aplicável



Unidades: [%]
mín: 0; **máx:** 99.4
média: 10

- 0.00 (116)
- 0.00 - < 2.50 (36)
- 2.50 - < 10.00 (48)
- 10.00 - < 30.00 (51)
- 30.00 - < 60.00 (13)
- 60.00 - < 80.00 (7)
- >= 80.00 (7)
- Não aplicável





26ª REUNIÃO DA SECÇÃO PERMANENTE DE ESTATÍSTICAS DE BASE TERRITORIAL

Ana Seixas

Pontos apresentados

1. PNPOT e a Agenda para o Território
2. Modelo de Governação do PNPOT
3. O Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo
4. 1º Relatório de Estado do Ordenamento do Território

Muito obrigada